

CONCURSO PÚBLICO



TRIBUNAL DE CONTAS

PERNAMBUCO



PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

TIPO 4

ANALISTA DE GESTÃO – ADMINISTRAÇÃO

TARDE



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala a folha para a marcação das respostas e a folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

A questão discursiva deverá ser redigida com o máximo de **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levados em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e os escritos na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Porém, senhor conde, o que fiz de mais importante para ressuscitar o meu porto não foi nenhuma reforma ou construção, mas inventar uns presentes e umas prendas para ativar o apetite dos mercadores, porque se há um segredo no comércio é saber fazer com que o comprador pense que está tendo vantagens e recebendo mais do que aquilo pelo que pagou.

TORRERO, J. R. e PIMENTA, M. A. *Terra Papagalli*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 141.

As conjunções são importantes elementos de coesão textual. Considerando a função sintático-semântica dos conectivos destacados no excerto, assinale a opção correta.

- (A) A conjunção "Porém" introduz uma ideia de conclusão em relação ao contexto precedente, sintetizando o resultado das ações narradas.
- (B) A conjunção "mas" estabelece uma relação de oposição entre duas ações igualmente relevantes para a recuperação do porto.
- (C) A conjunção "porque" introduz uma oração que expressa a consequência da afirmação anterior, indicando o efeito produzido pela invenção dos presentes e das prendas.
- (D) A conjunção "se" introduz uma oração subordinada com valor adverbial, funcionando como complemento exigido pelo verbo haver.
- (E) A palavra "que" é uma conjunção integrante, introduzindo uma oração subordinada substantiva, que funciona como complemento do verbo pensar.

2

AOS 99 ANOS E COM CINCO TRINETOS, SUPERIDOSA EXPÕE ROTINA NAS REDES SOCIAIS E CONQUISTA INTERNET: 'SOU DIGITAL INFLUENCER'

Recifense, Zuleide Lima começou a gravar vídeos na pandemia, com ajuda da neta, e hoje acumula 332 mil seguidores. 'As pessoas com muita idade não devem parar', afirma.

Aniversários, consultas médicas, partidas de bingo, exercícios físicos e passeios. Com uma rotina que poderia ser o dia a dia de qualquer produtor de conteúdo, a influenciadora Zuleide Lima conquistou milhares de seguidores nas redes sociais, aos 99 anos.

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2026/07/04/>

No título da notícia, o vocábulo "superidosa" é um exemplo de criação lexical que se justifica, no contexto, por um processo de formação de palavras caracterizado pela

- (A) prefixação com valor intensificador, que reforça expressivamente a ideia de idade avançada associada à atuação ativa da personagem nas redes sociais.
- (B) composição por justaposição, a partir da junção de elementos autônomos que mantêm seus sentidos originais no interior da nova palavra.
- (C) derivação imprópria, em que o termo passa a funcionar como substantivo a partir de uma mudança de classe gramatical do adjetivo.
- (D) hibridismo lexical, decorrente da combinação de elementos de origens linguísticas distintas, com perda parcial de seus valores semânticos originais.
- (E) abreviação vocabular, resultante da redução informal de uma expressão mais longa, típica da linguagem digital contemporânea.

3



<https://diplomatie.org.br/novas-tirinhas-de-andre-dahmer-transformam-algoritmo-em-personagem-intrometido>

No último quadrinho, o verbo "tem" é empregado com sentido de existência.

Considerando sua adequação ao contexto de uso da frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) Preserva o sentido da frase e poderia ser substituído por "haverá", produzindo um efeito de linguagem igualmente adequado ao diálogo.
- (B) Aproxima a linguagem da oralidade, embora sua substituição por "há" fosse mais adequada em qualquer situação comunicativa.
- (C) Caracteriza uma variedade regional da língua, utilizada para identificar a origem geográfica das personagens que aparecem em diálogo.
- (D) É uma escolha compatível com a linguagem informal da tirinha e contribui para a naturalidade do diálogo entre as personagens.
- (E) Revela uma escolha linguística mais comum na oralidade do que na escrita formal, razão pela qual não se mostra adequada ao gênero da tirinha.

4

A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários:

- a) alguém que comunique;*
- b) algo a ser comunicado;*
- c) alguém que receba essa comunicação.*

A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e nos expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos e entidades públicos, o que só é alcançado se, em sua elaboração, for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade.

Adaptado de Brasil. Presidência da República. Casa Civil. *Manual de Redação da Presidência da República*. Brasília, 2018. p. 16.

Ao apresentar a justificativa para a existência de um manual de redação para textos oficiais no Brasil, o trecho faz referência a um importante aspecto de qualquer língua, que é a

- (A) possibilidade de eliminar ambiguidades por meio da adoção de estruturas linguísticas invariáveis em documentos oficiais.
- (B) predominância da norma-padrão como forma legítima de comunicação entre os órgãos da Administração Pública.
- (C) capacidade de estabelecer regras gramaticais destinadas a uniformizar a produção escrita em diferentes esferas sociais.
- (D) necessidade de adequação dos usos linguísticos às finalidades comunicativas e ao contexto de circulação dos textos.
- (E) utilização de um vocabulário técnico e especializado como requisito indispensável à elaboração dos atos administrativos.

5

Tradicionalmente, o emprego dos pronomes de tratamento adota a segunda pessoa do plural, de maneira indireta, para referenciar atributos da pessoa à qual se dirige. Na redação oficial, é necessário atenção para o uso dos pronomes de tratamento em três momentos distintos: no endereçamento, no vocativo e no corpo do texto.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília, 2018. p. 23.

Considerando as orientações do Manual de Redação da Presidência da República e as normas da modalidade padrão da língua portuguesa relativas ao emprego dos pronomes de tratamento, assinale a opção em que a redação está integralmente correta.

- (A) Vossa Excelência deveis encaminhar vosso parecer até o final desta semana, para que possamos dar continuidade ao processo.
- (B) Vossa Excelência está convocado para a reunião, devendo comparecer acompanhado de vossos assessores.
- (C) Vossa Excelência deverá encaminhar seu parecer até o final desta semana, conforme solicitado anteriormente.
- (D) Solicitamos a Vossa Excelência que analise a documentação encaminhada e informe, posteriormente, sua decisão.
- (E) Vossa Excelência, o Senhor Presidente, determinastes a adoção das providências cabíveis, conforme registrado na ata.

6

O texto do documento oficial deve seguir a seguinte padronização de estrutura:

I – nos casos em que não seja usado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura:

a) introdução: em que é apresentado o objetivo da comunicação. Evite o uso das formas: Tenho a honra de, Tenho o prazer de, Cumpre-me informar que. Prefira empregar a forma direta: Informo, Solicito, Comunico;

b) desenvolvimento: em que o assunto é detalhado; se o texto contiver mais de uma ideia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em parágrafos distintos, o que confere maior clareza à exposição; e

c) conclusão: em que é afirmada a posição sobre o assunto.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. Brasília, 2018. p. 30.

Ao recomendar o emprego de formas verbais diretas, em substituição a expressões mais cerimoniosas, o Manual de Redação da Presidência da República busca concretizar, predominantemente, a seguinte qualidade fundamental da redação oficial:

- (A) objetividade.
- (B) clareza.
- (C) concisão.
- (D) impessoalidade.
- (E) formalidade.

7

A atividade legislativa não constitui um sistema linear e unidimensional em que os atores procedem de forma previsível ou planejada. Ao contrário, a atividade legislativa é formada por um conjunto de interesses diferenciados e de relações de força no complexo campo político. Embora os procedimentos relacionados com a formação da lei estejam previstos de modo mais ou menos detalhado na Constituição, a metodologia empregada na elaboração das leis não observa, necessariamente, um programa previamente definido. É possível, todavia, fixar planos para a elaboração legislativa, como ocorre, normalmente, nos Planos de Governo, nos quais se estabelecem as diretrizes para a legislatura futura.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília, 2018. p. 109.

No trecho, o emprego dos advérbios necessariamente e normalmente contribui para a construção do sentido do texto porque

- (A) restringe o alcance das afirmações, indicando que elas devem ser compreendidas como generalizações sujeitas a exceções, e não como enunciados absolutos.
- (B) delimita a aplicação das afirmações ao contexto da elaboração legislativa, indicando que elas se restringem às hipóteses expressamente previstas na Constituição.
- (C) reforça a progressão argumentativa do texto ao apresentar exemplos que confirmam, sem ressalvas, as afirmações desenvolvidas pelo autor.
- (D) evidencia que os procedimentos legislativos podem variar conforme as circunstâncias, sem comprometer uma metodologia comum de elaboração das leis.
- (E) atribui maior precisão às afirmações ao indicar que a elaboração legislativa depende, em regra, da observância de um planejamento previamente estabelecido.

8

As mensagens contêm:

- a) brasão: timbre em relevo branco;
- b) identificação do expediente: MENSAGEM Nº , alinhada à margem esquerda, no início do texto;
- c) vocativo: alinhado à margem esquerda, de acordo com o pronome de tratamento e o cargo do destinatário, com o recuo de parágrafo dado ao texto;
- d) texto: iniciado a 2 cm do vocativo; e
- e) local e data: posicionados a 2 cm do final do texto, alinhados à margem direita.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília, 2018. p. 43-44.

Ao estabelecer uma organização composicional própria para a mensagem oficial, o Manual evidencia uma característica fundamental dos gêneros textuais, segundo a qual eles

- (A) organizam-se segundo modelos relativamente estáveis, definidos principalmente pelas escolhas linguísticas recorrentes em cada texto.
- (B) apresentam organização composicional característica, resultante da padronização adotada pelos usuários em cada esfera de circulação.
- (C) possuem estrutura composicional padronizada em razão de normas institucionais, sendo sua organização definida prioritariamente por convenções formais.
- (D) caracterizam-se por uma organização composicional recorrente, cuja estabilidade decorre da repetição de modelos empregados em textos da mesma natureza.
- (E) apresentam formas de organização relativamente estáveis, determinadas por suas finalidades comunicativas e pelas situações de uso.

9

DURIGAN DIZ QUE FAZENDA É A MENOS CULPADA POR JUROS ALTOS E DEFENDE AJUSTE FISCAL

Ministro disse que o que "machuca a dívida pública" atualmente é a taxa de juros

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que o maior gargalo da economia brasileira é a elevada taxa de juros, que prejudica investimentos e pressiona a dívida pública. Mas, segundo ele, sua pasta é a menos culpada por esse ambiente.

"Eu não estou procurando culpados. Porque assim, quem é menos culpado é o Ministério da Fazenda por conta da taxa de juros", disse o ministro em entrevista ao g1. "Nós temos que discutir qual a razão da taxa de juros estar nesse patamar. O debate fiscal, ele importa para a taxa de juros, mas não é a solução, porque essa é a resposta fácil", afirmou.

<https://www.diariodepernambuco.com.br/economia/2026/07/11718118>

A notícia é um gênero textual de caráter informativo, estruturado a partir da apresentação objetiva de fatos de interesse público.

No texto, uma de suas características composicionais manifesta-se pela

- (A) predominância de verbos no presente do indicativo, que confere simultaneidade entre o fato narrado e sua divulgação jornalística.
- (B) organização em forma de pirâmide invertida, na qual os elementos opinativos são progressivamente deslocados para o final do texto.
- (C) presença de contextualização analítica do tema econômico, com ampliação interpretativa típica de textos opinativos do jornalismo.
- (D) estrutura narrativa centrada na reconstrução detalhada de falas e acontecimentos, com ênfase na progressão cronológica dos fatos.
- (E) identificação nominal direta de autoridade pública no título, conferindo precisão referencial e imediata delimitação do sujeito envolvido no fato noticiado.

10

A transformação começou ainda na infância, quando o que era pra ser dom se tornou pesar. Do pai, ela herdou o gosto pela notícia; da mãe, a vida restrita ao lar. Do mundo, ganhou desgostos; do destino, a falta de escolhas. Formou-se assim a essência da fofoqueira.

BATALHA, Martha. A vida invisível de Eurídice Gusmão. São Paulo: Cia das Letras, 2016. p. 12.

Na construção das características da personagem, que conduz à conclusão sobre sua essência, a autora emprega paralelismo sintático associado à elipse verbal, recurso que contribui, predominantemente, para

- (A) evidenciar a autonomia sintática de cada segmento do período, permitindo que cada informação seja interpretada de forma independente das demais.
- (B) organizar, com concisão e ritmo, a enumeração das influências atribuídas à personagem, reforçando a construção de sua personalidade.
- (C) concentrar a progressão temática na omissão dos verbos repetidos, deslocando para o leitor a tarefa de reconstruir as relações sintáticas entre as orações.
- (D) atribuir o mesmo grau de relevância sintática e semântica a todos os elementos coordenados, neutralizando diferenças entre as experiências vividas pela personagem.
- (E) estabelecer uma sequência de estruturas paralelas cuja principal função é evitar a repetição lexical, sem interferir na organização argumentativa do trecho.

Raciocínio Lógico-Matemático

11

Ao definir as políticas de segurança da informação para o trabalho remoto, o departamento de tecnologia de uma empresa estabeleceu o seguinte protocolo para os funcionários:

“Se o colaborador acessar o sistema corporativo por uma rede pública, então a autenticação em dois fatores será obrigatória”.

Considerando as regras da lógica proposicional, a proposição que representa corretamente a **negação** do protocolo estabelecido pelo departamento é:

- (A) “O colaborador acessou o sistema corporativo por uma rede pública e a autenticação em dois fatores não será obrigatória”.
- (B) “O colaborador não acessou o sistema corporativo por uma rede pública ou a autenticação em dois fatores será obrigatória”.
- (C) “O colaborador não acessou o sistema corporativo por uma rede pública e a autenticação em dois fatores não será obrigatória”.
- (D) “Se o colaborador não acessar o sistema corporativo por uma rede pública, então a autenticação em dois fatores não será obrigatória”.
- (E) “Se a autenticação em dois fatores não for obrigatória, então o colaborador não acessou o sistema corporativo por uma rede pública”.

12

Em um escritório de gestão, três analistas — André, Beatriz e Carlos — ficaram responsáveis por revisar um lote de processos arquivados.

Sabe-se que:

- André revisou o triplo do número de processos revisados por Carlos.
- Beatriz revisou o dobro do número de processos revisados por Carlos.

Considerando que Carlos revisou exatamente 15 processos, o número total de processos revisados pelos três analistas juntos foi de

- (A) 30.
- (B) 45.
- (C) 60.
- (D) 75.
- (E) 90.

13

Durante a implantação de um novo sistema de triagem em uma agência pública, os analistas de gestão passaram a arquivar os processos utilizando um código visual de cinco pastas coloridas, dispostas lado a lado em uma prateleira com fundo e laterais opacos. As cores das pastas são: azul, verde, vermelha, amarela e roxa.

Para fins de determinação das posições, considere a perspectiva de quem manuseia as pastas, da esquerda para a direita. Para garantir o sigilo e a organização, os analistas devem seguir estritamente as seguintes regras:

- a pasta amarela está imediatamente à esquerda da pasta roxa;
- a pasta azul não ocupa nenhuma das extremidades da prateleira;
- a pasta verde está em alguma posição à direita da pasta vermelha;
- a pasta vermelha ocupa a terceira posição.

Considerando as regras estabelecidas, a pasta que ocupa a segunda posição, é a

- (A) azul.
- (B) amarela.
- (C) vermelha.
- (D) verde.
- (E) roxa.

14

Durante uma reunião de diretoria, um gestor apresentou o seguinte argumento:

“No mesmo mês em que implementamos o novo sistema de gestão de estoque, as vendas da empresa caíram. Logo, foi a implementação do novo sistema que causou a queda nas vendas.”

O raciocínio apresentado pelo gestor constitui um exemplo de **falha** lógica em que

- (A) conclui-se que algo aconteceu antes apenas porque se sabe o que aconteceu depois, como se conhecer o resultado permitisse ter certeza sobre a sua causa.
- (B) dois fatos aconteceram em sequência, e essa simples coincidência temporal é tomada como prova de que um causou o outro, sem que se verifique a existência de uma relação causal entre eles.
- (C) a posição ou a ideia de outra pessoa é apresentada de forma exagerada ou distorcida, para tornar mais fácil refutar seu argumento.
- (D) uma conclusão sobre todos os casos é tirada com base em poucos exemplos observados, insuficientes para sustentar essa generalização.
- (E) uma afirmação é aceita como verdadeira principalmente por ter sido dita por alguém em posição de destaque ou autoridade, e não por estar apoiada em provas ou evidências.

15

Durante uma reunião de acompanhamento de projetos, um analista fez a seguinte afirmação:

"Sempre que um projeto ultrapassa o prazo estabelecido, ele é reavaliado pelo comitê de gestão. O projeto Nexus foi reavaliado pelo comitê de gestão. Logo, o projeto Nexus ultrapassou o prazo estabelecido."

A afirmação constitui um argumento com a seguinte estrutura:

Premissa 1: Sempre que um projeto ultrapassa o prazo estabelecido, ele é reavaliado pelo comitê de gestão.

Premissa 2: O projeto Nexus foi reavaliado pelo comitê de gestão.

Conclusão: O projeto Nexus ultrapassou o prazo estabelecido.

Considerando exclusivamente a estrutura lógica do argumento apresentado, é correto afirmar que ele é

- (A) válido, pois as premissas são verdadeiras e a conclusão decorre das premissas.
- (B) válido, independentemente da veracidade da conclusão, pois as premissas são verdadeiras.
- (C) inválido, pois a Premissa 1 estabelece que o atraso implica a reavaliação do projeto, mas não permite concluir, a partir da reavaliação, que o projeto tenha ultrapassado o prazo.
- (D) inválido, pois a Premissa 1 é falsa, posto que, na prática, comitês de gestão nem sempre reavaliam projetos atrasados.
- (E) inválido, pois não é possível saber se as premissas apresentadas são, de fato, verdadeiras ou falsas.

16

Durante o planejamento estratégico de uma empresa, a diretoria estabeleceu a seguinte diretriz para a aprovação automática de bônus aos gerentes:

"O gerente receberá o bônus anual se bater a meta de faturamento de sua unidade, e mantiver a rotatividade de pessoal abaixo de 10%, e obtiver índice de satisfação dos clientes (NPS) na zona de excelência."

Considerando estritamente a estrutura lógica dessa diretriz, o bônus anual será concedido automaticamente a um gerente quando ele

- (A) cumprir a meta de faturamento e mantiver a rotatividade abaixo de 10%, independentemente do resultado do índice de satisfação dos clientes.
- (B) obtiver o índice de satisfação dos clientes na zona de excelência, mesmo que as outras duas metas não tenham sido alcançadas.
- (C) cumprir pelo menos uma das três condições estabelecidas pela diretoria.
- (D) cumprir mais do que duas das condições estabelecidas pela diretoria.
- (E) cumprir exatamente duas das condições estipuladas pela diretoria.

17

Em uma auditoria de processos internos, um analista de gestão verificou que a razão entre o número de relatórios preenchidos corretamente e o número de relatórios que apresentaram erros de preenchimento era de 5 para 2.

Considerando estritamente essa relação de proporção, se o volume total de relatórios avaliados na auditoria foi de 91, o número de relatórios que apresentaram **erros** de preenchimento foi

- (A) 13.
- (B) 26.
- (C) 35.
- (D) 45.
- (E) 65.

18

Durante a revisão do manual de conduta e governança de uma empresa, o comitê de *compliance* estabeleceu a seguinte regra para os gestores de projetos:

"Se o orçamento do projeto for aprovado com restrições, então a auditoria interna revisará os contratos dos fornecedores".

Do ponto de vista da lógica proposicional, a proposição equivalente à regra estabelecida pelo comitê é

- (A) "O orçamento do projeto não foi aprovado com restrições ou a auditoria interna revisará os contratos dos fornecedores".
- (B) "Se a auditoria interna revisar os contratos dos fornecedores, então o orçamento do projeto foi aprovado com restrições".
- (C) "O orçamento do projeto foi aprovado com restrições e a auditoria interna não revisará os contratos dos fornecedores".
- (D) "Se o orçamento do projeto não for aprovado com restrições, então a auditoria interna não revisará os contratos dos fornecedores".
- (E) "A auditoria interna revisará os contratos dos fornecedores se, e somente se, o orçamento do projeto for aprovado com restrições".

Noções de Tecnologia da Informação e de Inteligência Artificial

19

Um Tribunal de Contas mantém um canal de atendimento on-line que recebe demandas durante 24 horas.

Para reduzir o tempo de resposta, o sistema passou a analisar o histórico dos atendimentos, considerando, entre outros elementos:

- horário de entrada da demanda;
- texto apresentado pelo usuário;
- categoria registrada;
- unidade para a qual a demanda foi encaminhada; e
- orientação fornecida.

A análise dos horários permitiu identificar os períodos de maior procura e as variações no volume de atendimentos ao longo do dia. Verificou-se também que demandas apresentadas de formas distintas eram frequentemente solucionadas com a mesma orientação. Considere parte dos resultados:

Texto do usuário	Categoria	Encaminhamento	Orientação
"Esqueci minha senha"	senha	suporte	recuperar acesso
"Não consigo entrar no sistema"	sistema	atendimento	recuperar acesso
"Meu acesso foi bloqueado"	bloqueio	tecnologia	recuperar acesso
"Onde vejo o que aconteceu com minha denúncia?"	denúncia	ouvidoria	acompanhar manifestação
"Quero consultar o andamento do que enviei"	consulta	atendimento	acompanhar manifestação

Embora os padrões de horário e volume pudessem ser identificados, a organização da base dificultava relacionar diferentes formas de apresentação às mesmas necessidades e orientações.

A conclusão sobre essa limitação foi sustentada pelo fato de a análise ter identificado

- variações no volume e no tipo de demanda ao longo do dia, mas verificado que as categorias existentes não estavam organizadas segundo os períodos de maior procura pelos serviços.
- diferenças no volume de atendimentos entre as unidades, mas verificado que a base não distribuía os registros segundo a capacidade de processamento disponível em cada setor.
- semelhanças entre os textos de diferentes atendimentos, mas verificado que a base mantinha as expressões dos usuários em vez de substituí-las por uma terminologia única.
- tendências de procura em determinados horários, mas verificado que os registros não estavam organizados em faixas temporais correspondentes aos períodos de maior fluxo.
- associações recorrentes entre diferentes formas de expressão e as mesmas orientações, mas verificado que essas relações permaneciam dispersas em categorias que não representavam consistentemente as necessidades atendidas.

20

A área de gestão de um Tribunal de Contas recebe relatórios periódicos de diferentes unidades para acompanhar a execução de iniciativas institucionais. Embora tratem de temas semelhantes, os documentos apresentam estruturas distintas, com informações relevantes distribuídas em tabelas e textos corridos.

Para apoiar a consolidação dessas informações, a equipe decidiu utilizar a Aurora, plataforma de Inteligência Artificial do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e submeteu os relatórios à ferramenta com o seguinte comando:

Para cada relatório, extraia, quando expressamente disponíveis no documento, os seguintes elementos: unidade; período; iniciativa; meta informada; resultado alcançado; dificuldade relatada; e providência prevista. Quando um elemento não constar do documento, registre "não informado", sem deduzir ou completar a informação ausente. Apresente a saída segundo os campos definidos e indique o relatório de origem de cada conjunto de informações.

Considerando que o objetivo é comparar as informações das unidades e identificar dados não informados, a formulação utilizada favorece a consolidação porque

- permite que o modelo selecione, em cada relatório, os aspectos que considerar mais relevantes e adapte a estrutura da resposta às particularidades encontradas.
- estabelece os campos da resposta e, com isso, permite que o modelo complete as informações não localizadas nos documentos antes de realizar a consolidação.
- utiliza os mesmos campos para todas as unidades e, com isso, elimina a necessidade de conferir os resultados nos relatórios utilizados como fonte.
- define os elementos a serem identificados, o tratamento das informações ausentes e a organização da saída, favorecendo a comparação posterior das informações extraídas.
- restringe a análise aos elementos previamente indicados e, com isso, assegura que relatórios com estruturas diferentes produzam resultados idênticos.

21

A área de Administração de um Tribunal de Contas acompanha o consumo mensal de serviços de impressão contratados para suas unidades. Embora a despesa total esteja dentro do limite contratual, a equipe pretende identificar alterações de comportamento que possam exigir análise administrativa.

As unidades possuem diferentes padrões de utilização do serviço. Considere os dados de quantidade mensal de páginas impressas:

Unidade	Faixa mensal observada nos 12 meses anteriores	Mês atual
1	38.000 a 45.000	43.500
2	8.000 a 11.000	10.200
3	22.000 a 27.000	61.000
4	55.000 a 68.000	64.000
5	14.000 a 18.000	17.500

Observou-se que a Unidade 3 mantinha padrão relativamente estável nos períodos anteriores e não havia apresentado aumento semelhante ao observado no mês atual. A equipe pretende utilizar a detecção de anomalias com base no histórico de cada unidade, sem presumir que toda ocorrência atípica represente erro, desperdício ou irregularidade.

Considerando a finalidade apresentada, o resultado da análise deve ser interpretado no sentido de que

- (A) a Unidade 4 deve ser priorizada, pois apresentou o maior consumo absoluto entre as unidades e, por isso, constitui a principal anomalia do período.
- (B) a Unidade 3 deve ser examinada, pois seu consumo se afastou de forma relevante do comportamento anteriormente observado, sem que esse resultado determine, por si só, a causa da alteração.
- (C) as Unidades 3 e 4 devem ser consideradas anômalas, pois ultrapassaram a média de consumo calculada conjuntamente para todas as unidades no mês analisado.
- (D) a Unidade 3 deve ser considerada irregular, pois a identificação de uma anomalia demonstra que o consumo observado não decorreu do funcionamento normal da unidade.
- (E) nenhuma unidade deve ser examinada, pois o valor total da despesa permaneceu dentro do limite contratual e, portanto, as variações individuais não caracterizam anomalias.

22

A área de gestão de pessoas de um Tribunal de Contas utiliza um sistema que reúne informações funcionais necessárias a diferentes atividades administrativas. Entre os dados disponíveis encontram-se:

- nome, lotação e cargo dos servidores;
- registros de frequência;
- informações utilizadas no processamento da folha de pagamento; e
- avaliações individuais de desempenho.

Em razão de uma reorganização interna, pretende-se conceder acesso ao sistema aos gestores das unidades. Para simplificar a administração dos usuários, foi proposta a adoção de um mesmo perfil de acesso para todos os gestores, permitindo-lhes consultar integralmente os dados de qualquer servidor do Tribunal.

A área responsável rejeitou a proposta e definiu que cada gestor poderá consultar apenas as informações necessárias ao exercício de suas atribuições e referentes aos servidores sob sua gestão. Os demais acessos permanecerão restritos aos setores responsáveis pelos respectivos processos administrativos.

A decisão adotada protege diretamente a

- (A) autenticidade, ao assegurar que os dados consultados tenham sido produzidos pelos setores responsáveis pelos processos administrativos.
- (B) confidencialidade, ao restringir o acesso às informações segundo a necessidade decorrente das atribuições exercidas.
- (C) disponibilidade, ao garantir que os gestores tenham acesso contínuo às informações necessárias ao funcionamento das unidades.
- (D) integridade, ao impedir que os gestores alterem indevidamente os dados registrados pelos demais setores do Tribunal.
- (E) autenticidade, ao permitir a identificação do usuário responsável por cada consulta realizada no sistema.

23

A área de gestão de um Tribunal de Contas pretende comparar o desempenho de unidades responsáveis pelo atendimento de demandas administrativas internas. Para isso, foram reunidos dados sobre a quantidade de demandas concluídas e o tempo necessário ao atendimento.

Antes do cálculo dos indicadores, verificou-se que as unidades adotam critérios distintos de registro:

Unidade	Forma de registro
A	uma linha para cada demanda recebida, com as datas de abertura e conclusão.
B	uma linha para cada movimentação realizada durante o atendimento; uma mesma demanda pode ocupar várias linhas.
C	uma linha para cada demanda recebida, sendo atribuído novo número ao caso quando ocorre sua reabertura.

Os dados disponíveis permitem identificar quais movimentações da Unidade B pertencem à mesma demanda e quais registros da Unidade C correspondem à reabertura de um caso anteriormente atendido.

A comparação pretendida utilizará:

- a quantidade de demandas concluídas;
- o tempo médio entre a abertura e a conclusão de cada demanda.

Os dados foram extraídos dos sistemas conforme registrados originalmente pelas unidades.

Antes de comparar os indicadores, o procedimento adequado consiste em

- calcular os indicadores diretamente em cada conjunto de dados e comparar os resultados, pois as diferenças na forma de registro refletem os processos efetivamente executados pelas unidades.
- adotar a linha como unidade comum de contagem, pois esse critério pode ser aplicado de modo uniforme aos registros extraídos das três unidades.
- definir o que será considerado uma demanda para fins da análise e transformar os registros segundo esse critério, consolidando as movimentações de um mesmo atendimento e tratando as reaberturas de forma coerente com a definição adotada.
- excluir da comparação as demandas com mais de uma movimentação ou que tenham sido reabertas, mantendo apenas os registros que apresentem a mesma estrutura nas três unidades.
- comparar inicialmente os totais extraídos e realizar ajustes apenas nas unidades cujos indicadores se afastem significativamente da média observada.

24

A área de gestão de um Tribunal de Contas pretende planejar ações de desenvolvimento organizacional para suas unidades.

Para cada unidade, foram consolidados indicadores relativos a:

- volume de demandas recebidas;
- proporção de demandas concluídas no prazo;
- tempo médio de atendimento;
- taxa de absenteísmo;
- horas de capacitação por servidor;
- proporção de postos de trabalho não ocupados.

Não existem categorias previamente definidas para classificar as unidades, nem registros anteriormente rotulados que indiquem o perfil de cada uma.

Após o tratamento necessário para tornar comparáveis os indicadores, a área pretende identificar conjuntos de unidades com combinações semelhantes desses indicadores, a fim de subsidiar diagnósticos e ações de gestão.

Para atender à finalidade apresentada, o procedimento adequado consiste em

- aplicar agrupamento aos indicadores para identificar conjuntos de unidades semelhantes e, posteriormente, interpretar as características predominantes de cada grupo.
- aplicar classificação para atribuir as unidades a categorias de desempenho, ainda que essas categorias não tenham sido previamente definidas ou rotuladas.
- aplicar detecção de anomalias para formar conjuntos de unidades semelhantes e utilizar a distância em relação ao padrão geral como critério de composição dos grupos.
- ordenar as unidades por um indicador agregado de desempenho e dividir a lista em faixas de igual tamanho, utilizando cada faixa como um perfil organizacional.
- selecionar o indicador com maior variação entre as unidades e utilizá-lo isoladamente para definir os perfis, evitando que medidas com escalas distintas influenciem a formação dos grupos.

25

A área administrativa de um Tribunal de Contas pretende substituir planilhas isoladas por um banco de dados para apoiar a gestão e o acompanhamento dos contratos.

Foram estabelecidas as seguintes condições:

- I. Cada contrato possui identificação própria e pode ter um ou mais servidores designados para sua fiscalização, inclusive simultaneamente, ao longo da vigência;
- II. Um mesmo servidor pode fiscalizar vários contratos, inclusive em períodos coincidentes;
- III. Para cada designação, devem ser registrados o servidor, o contrato, a data de início e, quando encerrada, a data de término;
- IV. O encerramento ou a substituição de uma designação não deve apagar os registros das atuações anteriores; e
- V. O sistema deverá permitir identificar o servidor ou os servidores que fiscalizavam determinado contrato em uma data passada.

Durante a modelagem do banco de dados, foram apresentadas diferentes propostas para armazenar as designações dos fiscais.

A proposta compatível com as condições estabelecidas consiste em

- (A) incluir no cadastro de cada contrato o identificador do fiscal atualmente designado e substituir esse valor sempre que houver nova designação.
- (B) incluir no cadastro de cada servidor uma lista dos contratos fiscalizados e atualizar essa lista sempre que uma designação for iniciada ou encerrada.
- (C) criar um registro próprio para cada designação, relacionando um contrato a um servidor e armazenando as datas de início e de término da respectiva designação.
- (D) incluir no cadastro de cada contrato campos separados para primeiro fiscal, segundo fiscal e demais substitutos, preenchidos conforme ocorram novas designações.
- (E) manter uma relação entre contratos e servidores sem datas e recuperar o histórico das designações a partir da data de alteração dos registros do sistema.

26

Um Tribunal de Contas pretende reorganizar a base de informações utilizada pelos atendentes de seu canal de atendimento ao cidadão. A análise dos registros mostrou que parte dos encaminhamentos entre atendentes ocorre porque a necessidade apresentada pelo usuário não é prontamente identificada ou porque a informação correspondente não é facilmente localizada na base.

A base atual está organizada principalmente segundo a estrutura interna do Tribunal, com informações classificadas por:

- unidade responsável;
- sigla do sistema;
- tipo de processo; e
- norma relacionada.

Verificou-se, porém, que uma mesma necessidade pode ser expressa pelos usuários de diferentes formas:

Expressão utilizada pelo usuário	Serviço procurado
“Quero saber como está minha denúncia”	acompanhamento de manifestação
Onde vejo o andamento do que enviei?”	acompanhamento de manifestação
“Não consigo entrar no sistema”	recuperação de acesso
“Esqueci minha senha”	recuperação de acesso
“Preciso provar que não tenho pendência”	emissão de certidão
“Como tiro uma certidão?”	emissão de certidão

A reorganização busca facilitar a identificação da necessidade apresentada pelo cidadão e a localização das informações necessárias ao atendimento, reduzindo encaminhamentos desnecessários e sem exigir que o usuário conheça a estrutura ou a terminologia interna do Tribunal.

Para atender a esse objetivo, a reorganização da base deve

- (A) manter a unidade responsável como principal forma de acesso e acrescentar a cada registro o nome do gestor da área, permitindo ao usuário identificar quem responde pelo serviço.
- (B) estruturar os registros a partir das necessidades ou serviços procurados e associar a cada um deles diferentes expressões utilizadas pelos usuários, além das informações necessárias ao atendimento.
- (C) substituir as expressões registradas pelos usuários pelos nomes oficiais dos processos e sistemas, assegurando que todas as consultas utilizem a terminologia adotada internamente.
- (D) reunir as informações em ordem cronológica de inclusão na base e destacar os registros mais recentes, permitindo que o usuário consulte primeiro as orientações atualizadas.
- (E) manter um registro separado para cada formulação utilizada pelos usuários, com a reprodução integral da orientação correspondente em cada ocorrência.

Legislação

27

No âmbito do Município Alfa, logo após a posse do Chefe do Poder Executivo, seus assessores imediatos foram consultados em relação às medidas a serem adotadas visando à proteção de dados pessoais, mais especificamente quanto à posição institucional e às competências do encarregado de dados pessoais nessa temática.

Os assessores responderam corretamente que o referido encarregado

- (A) atua como controlador dos dados pessoais, devendo gerir o banco de dados do Município Alfa.
- (B) é indicado pelo operador dos dados pessoais, para atuar como canal de comunicação com a Agência Nacional de Proteção de Dados.
- (C) é indicado pelo controlador dos dados pessoais, sendo que a Agência Nacional de Proteção de Dados pode estatuir as hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação.
- (D) deve ser servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, com a garantia da estabilidade, e se pronunciará sobre quaisquer reclamações dos titulares dos dados pessoais.
- (E) deve subsidiar o controlador dos dados pessoais na atividade de prestação de esclarecimentos à Agência Nacional de Proteção de Dados, embora não possa receber comunicações diretas dessa entidade.

28

Maria atua em determinada empresa pública da Administração Pública indireta do Estado de Pernambuco, que explora atividade econômica em sentido estrito. Ao seu ver, vinha cumprindo atribuições estranhas às suas atividades regulares e à função que desempenha, as quais eram cotidianamente passadas por seu chefe imediato.

Ao comunicar o ocorrido à autoridade competente, foi corretamente constatado que, à luz da Lei estadual nº 13.314/2007,

- (A) o desvio de finalidade, ocorrido na situação descrita, não configura assédio moral.
- (B) a referida empresa pública e os agentes que nela atuam não são alcançados pelo disposto na Lei estadual nº 13.314/2007.
- (C) a prática a que Maria foi submetida configura abuso de autoridade, que pode caracterizar assédio moral caso ela seja submetida a desgaste físico ou mental.
- (D) o cumprimento das referidas obrigações por Maria configura assédio moral independentemente de as atribuições serem excessivamente onerosas ou inexequíveis.
- (E) a configuração do assédio, na situação descrita, pressupõe que a atuação do chefe imediato seja rude, moralmente reprovável ou racionalmente injustificável.

29

João, pessoa com deficiência oculta, compareceu perante uma repartição pública da Administração Pública direta do Estado de Pernambuco e informou sua condição, o que acarretaria o seu enquadramento em um protocolo específico de atendimento.

O servidor responsável pelo atendimento de João observou, corretamente, considerando os balizamentos da Lei estadual nº 14.789/2012, que

- (A) a utilização de broche ou cordão de identificação por parte de João é obrigatória.
- (B) a deficiência oculta não autoriza o enquadramento de João no protocolo específico.
- (C) a deficiência oculta de João somente deve ser considerada pelo servidor caso produza sinais exteriores que caracterizem barreiras relacionais.
- (D) a utilização de cordão de identificação por parte de João não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso o servidor o solicite.
- (E) a manifestação verbal de João, a respeito de sua deficiência, goza de presunção de veracidade, devendo ser acolhida pelo servidor independente de comprovação.

30

Maria, presidente da autarquia estadual X, vinculada ao Poder Executivo do Estado Sigma, atuou como ordenadora de despesas no último exercício financeiro, o que a levou a prestar contas das despesas realizadas, encaminhando-as ao Tribunal de Contas do referido ente federativo.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) as contas apresentadas por Maria serão objeto de parecer do Tribunal de Contas, o qual será apreciado pela Assembleia Legislativa.
- (B) a execução da multa e da imputação de débito deve ser promovida pelo ente público beneficiário, não pelo Ministério Público de Contas.
- (C) as contas de gestão apresentadas por Maria devem ser apreciadas em conjunto com as contas de governo do Chefe do Poder Executivo.
- (D) a decisão do Tribunal de Contas que redunde em imputação de débito ou em aplicação de multa é suscetível de recurso a ser apreciado pela Assembleia Legislativa.
- (E) as contas deveriam ter sido encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo do Estado Sigma, por se tratar de entidade integrada à administração indireta dessa estrutura de poder.

Conhecimentos Específicos (Administração) Controle Externo e Legislação do TCE-PE

31

Acerca das competências dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do Estado de Pernambuco (MPC-PE), considere as seguintes atribuições:

- I. Opinar preliminarmente sobre afastamento de Procurador do MPC-PE para participação em curso de capacitação quando o afastamento for superior a 30 (trinta) dias;
- II. Receber e encaminhar às unidades competentes do Tribunal as sugestões de aprimoramento, críticas e reclamações sobre os serviços prestados pelo Tribunal;
- III. Emitir certidões de quitação no caso de comprovado recolhimento integral do valor do débito imputado ao gestor em razão de deliberação do TCE-PE.

Com fulcro no Regimento Interno do TCE-PE, assinale a opção que indica corretamente os órgãos ou as autoridades competentes pelas atribuições descritas nos itens I a III, respectivamente.

- (A) Procurador Geral de Contas; Corregedoria do MPC-PE; Presidência do TCE-PE.
- (B) Tribunal Pleno; Ouvidoria do MPC-PE; Presidência do TCE-PE.
- (C) Presidência do Tribunal; Ouvidoria do TCE-PE; Procuradoria Geral do MPC-PE.
- (D) Subprocurador-Geral de Contas; Corregedoria do Tribunal; Presidência do TCE-PE.
- (E) Colégio de Procuradores; Ouvidoria do TCE-PE; Vice-Presidência do Tribunal.

32

Uma Unidade de Auditoria do TCE-PE instaurou dois procedimentos de fiscalização com as seguintes finalidades:

- I. Avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho de um órgão da Administração Pública estadual quanto aos programas, projetos e atividades governamentais por ele executados, nos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.
- II. Identificar ações, fatos ou atos que subsidiarão o planejamento das fiscalizações a serem executadas no próximo exercício.

Os instrumentos de fiscalização utilizados para atender a essas finalidades são, na forma do Regimento Interno do TCE-PE, denominados, respectivamente,

- (A) auditoria operacional e monitoramento.
- (B) auditoria e levantamento.
- (C) monitoramento e acompanhamento.
- (D) acompanhamento e levantamento.
- (E) auditoria especial e acompanhamento.

33

Analisar as seguintes afirmativas acerca do Poder Legislativo e da organização e do funcionamento dos Tribunais de Contas Estaduais:

- I. É constitucional a aprovação e promulgação de lei de iniciativa parlamentar que altera a destinação de valores arrecadados com a cobrança de multas aplicadas pela Corte de Contas.
- II. Lei estadual pode estabelecer norma determinando que, no órgão pleno do Tribunal, não poderá participar concomitantemente mais de um auditor substituto, exceto no caso de o auditor substituto compor definitivamente o corpo deliberativo.
- III. Norma da Constituição Estadual não pode atribuir à Assembleia Legislativa a competência para julgar os Conselheiros dos Tribunais de Contas e aplicar-lhes sanção de perda do cargo.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

34

O TCE-PE recebeu denúncias de possíveis violações ao Código de Ética dos servidores desta Corte, conforme descrito a seguir.

- I. O servidor Zeus apresentou trabalho desenvolvido por outro colega de equipe como se fosse de sua autoria;
- II. O servidor Thor apresentou-se nas redes sociais com o pseudônimo "Conan";
- III. A servidora Athena adotou postura seletiva e criteriosa para o seu ingresso nas redes sociais.

As condutas narradas foram analisadas e comprovadas em processo de verificação da procedência da informação.

Nesse sentido, assinale a opção que indica corretamente os servidores que violaram o Código de Ética dos servidores do TCE-PE.

- (A) Zeus, apenas.
- (B) Athena, apenas.
- (C) Thor e Athena, apenas.
- (D) Zeus e Thor, apenas.
- (E) Zeus, Thor e Athena.

Administração Geral e Pública

35

A Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, disciplina os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública e a gradação das sanções.

A respeito do tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade.
- II. A responsabilização pelos atos previstos nos arts. 9º, 10 e 11 exige a demonstração do dolo, não bastando a mera voluntariedade do agente.
- III. As sanções são idênticas para as três modalidades de improbidade, sem qualquer gradação conforme a gravidade do ato.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

36

A responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros é disciplinada pelo art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988.

A respeito do tema, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- () A responsabilidade dessas pessoas jurídicas perante o terceiro prejudicado é subjetiva, exigindo a demonstração de dolo ou culpa do agente.
- () O direito de regresso contra o agente independe da demonstração de dolo ou culpa, bastando o nexo causal.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

37

A Lei estadual nº 6.123/1968 disciplina as hipóteses de vacância de cargo público e as penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores.

A respeito desses temas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A promoção não constitui hipótese de vacância, configurando exclusivamente forma de provimento.
- II. As penalidades disciplinares incluem repreensão, multa, suspensão, destituição de função, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- III. A pena de suspensão não excederá trinta dias.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

38

A Lei estadual nº 11.781/2000 disciplina os recursos e a revisão no processo administrativo estadual de Pernambuco.

A respeito do tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. O recurso administrativo será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- II. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes.
- III. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção aplicada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

39

O estudo das políticas públicas costuma organizar o processo de produção de políticas por meio da metáfora do ciclo (*policy cycle*), que é composto por fases sequenciais e interdependentes.

O ciclo das políticas públicas compreende as fases de

- (A) planejamento, organização, direção, coordenação e controle.
- (B) instauração, instrução, decisão, recurso e revisão.
- (C) identificação, criação, armazenamento, compartilhamento e aplicação.
- (D) diagnóstico, licitação, contratação, execução e prestação de contas.
- (E) construção da agenda, formulação, processo decisório, implementação e avaliação.

40

A Constituição Federal de 1988, no caput do art. 37, enuncia os princípios expressos que regem a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes.

A respeito desses princípios, analise as afirmativas a seguir.

- I. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são os princípios expressos no caput do art. 37 da CF/88.
- II. A razoabilidade e a proporcionalidade constam expressamente do caput do art. 37 da CF/88.
- III. O princípio da eficiência foi incluído no caput do art. 37 pela Emenda Constitucional nº 19/1998.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

41

Nos termos da Lei estadual nº 6.123/1968 (Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco), o provimento dos cargos públicos ocorre por formas expressamente previstas.

A respeito das formas de provimento, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nomeação e a promoção são formas de provimento previstas na lei.
- II. A reintegração, o aproveitamento e a reversão são formas de provimento previstas na lei.
- III. A exoneração e a demissão são formas de provimento previstas na lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

42

A Lei federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações da Lei nº 14.230/2021, tipifica os atos de improbidade administrativa.

A respeito do tema, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Após a Lei nº 14.230/2021, configura improbidade administrativa tanto a conduta dolosa quanto a meramente culposa do agente.
- () Os atos de improbidade dividem-se em três modalidades: enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atos que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- () Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei, não bastando a mera voluntariedade do agente.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

43

A Lei estadual nº 11.781/2000 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública estadual de Pernambuco, disciplinando, entre outros aspectos, o recurso administrativo.

Segundo essa lei, salvo disposição legal específica, o prazo para interposição de recurso administrativo é de

- (A) cinco dias, e o recurso tramitará por, no máximo, duas instâncias.
- (B) quinze dias, e o recurso tramitará por instância única.
- (C) vinte dias, e o recurso tramitará por, no máximo, quatro instâncias.
- (D) trinta dias, e o recurso tramitará por, no máximo, três instâncias.
- (E) dez dias, e o recurso tramitará por, no máximo, três instâncias.

44

Na Teoria Geral da Administração, o processo administrativo é descrito como um conjunto de funções sequenciais e interligadas exercidas pelo administrador para alcançar os objetivos organizacionais.

As quatro funções que compõem o processo administrativo são

- (A) planejamento, organização, direção e controle.
- (B) previsão, comando, coordenação e orçamento.
- (C) recrutamento, seleção, treinamento e avaliação.
- (D) construção da agenda, formulação, implementação e avaliação.
- (E) liderança, estratégia, controle e monitoramento.

45

A estabilidade do servidor público é disciplinada pelo art. 41 da Constituição Federal de 1988.

A respeito da estabilidade, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- () O servidor estável pode perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- () A estabilidade é adquirida imediatamente com a posse, independentemente do cumprimento do prazo de efetivo exercício e da avaliação de desempenho.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

46

A investidura em cargos e empregos públicos submete-se a regras constitucionais previstas no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

A respeito do tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- II. Todos os cargos públicos, inclusive os cargos em comissão, dependem de aprovação prévia em concurso público.
- III. O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

Governança Pública

47

Na ISO nº 31.000, o processo de gestão de riscos é conduzido por um conjunto de etapas centrais, acompanhadas, ao longo de todo o processo, pela comunicação e consulta e pelo monitoramento e análise crítica.

Considere as etapas centrais a seguir.

1. Analisar os riscos
2. Estabelecer o contexto
3. Tratar os riscos
4. Identificar os riscos
5. Avaliar os riscos

Assinale a opção que apresenta a sequência correta dessas etapas centrais do processo de gestão de riscos.

- (A) 2 – 4 – 1 – 5 – 3.
- (B) 4 – 2 – 1 – 5 – 3.
- (C) 2 – 1 – 4 – 5 – 3.
- (D) 4 – 5 – 1 – 2 – 3.
- (E) 2 – 4 – 5 – 1 – 3.

48

Nonaka e Takeuchi propõem a espiral do conhecimento, que descreve quatro modos de conversão entre o conhecimento tácito e o explícito.

Relacione cada modo de conversão à sua caracterização.

1. Socialização
 2. Externalização
 3. Combinação
 4. Internalização
- () Explicitação do conhecimento para torná-lo acessível, como quando um servidor experiente estrutura um curso a partir de sua experiência.
- () Troca de experiências sem formalização em documentos ou manuais, à semelhança de um bate-papo de ambientação.
- () Conhecimento antes explícito que volta a ser tácito ao ser assimilado e aplicado no dia a dia pelos servidores.
- () Acúmulo e articulação de conhecimentos já explícitos na organização, enriquecendo, por exemplo, um curso com o aprendizado de outros.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 2 – 1 – 3 – 4.
- (C) 1 – 2 – 4 – 3.
- (D) 3 – 1 – 4 – 2.
- (E) 2 – 1 – 4 – 3.

49

A partir da literatura internacional e do Decreto nº 9.203/2017, o Tribunal de Contas da União (TCU) elenca um conjunto de princípios de governança para o setor público, que funcionam como valores interdependentes.

A respeito desses princípios, analise as afirmativas a seguir.

- I. A capacidade de resposta consiste em responder de forma eficiente e eficaz às necessidades das partes interessadas, dependendo diretamente do princípio da participação.
- II. A transparência restringe-se à divulgação das informações expressamente exigidas por lei, sendo vedada à organização a divulgação proativa ou voluntária de dados.
- III. A integridade refere-se à adesão e ao alinhamento consistente a valores, princípios e normas éticas, priorizando o interesse público sobre os interesses privados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

50

O Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União (TCU) sintetiza o conceito de governança pública organizacional a partir de mecanismos e de atividades por meio dos quais se orienta a atuação da gestão.

Segundo esse referencial, a governança pública organizacional compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para

- (A) avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão.
- (B) planejar, executar e controlar as operações cotidianas da organização.
- (C) fiscalizar, regular e sancionar a atuação dos agentes públicos.
- (D) elaborar, aprovar e executar as peças orçamentárias.
- (E) recrutar, capacitar e remunerar os servidores públicos.

51

O processo de gestão do conhecimento é cíclico e, quando executado de forma completa, agrega valor à organização. Segundo o material, esse processo compreende, em regra, cinco etapas.

Essas cinco etapas do processo de gestão do conhecimento são

- (A) planejar, executar, verificar, agir e padronizar.
- (B) socializar, externalizar, combinar, internalizar e registrar.
- (C) coletar, classificar, arquivar, descartar e auditar.
- (D) diagnosticar, formular, implementar, monitorar e avaliar.
- (E) identificar, criar, armazenar, compartilhar e aplicar.

52

O Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União (TCU) apresenta conceitos e características relacionados às funções de governança e de gestão nas organizações públicas.

A respeito do tema, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A governança é a função direcionadora, responsável por avaliar, dirigir e monitorar, enquanto a gestão é a função realizadora, responsável por planejar, executar e controlar.
- () As atividades de governança são implementadas por meio de práticas que podem ser agrupadas em três mecanismos: liderança, estratégia e controle.
- () Governança e gestão são expressões sinônimas, pois ambas se ocupam diretamente da execução das políticas e da prestação dos serviços.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

53

Entre os princípios de governança para o setor público, a *accountability* ocupa posição central na relação entre os agentes públicos e a sociedade.

Nesse contexto, a *accountability* diz respeito à obrigação de as pessoas ou entidades às quais se confiaram recursos

- (A) manterem sigilo sobre as operações e os resultados perante as partes interessadas.
- (B) assumirem as responsabilidades que lhes foram conferidas e prestarem contas de seu cumprimento a quem lhes delegou tais responsabilidades.
- (C) centralizarem a tomada de decisão na alta administração, dispensando o controle social.
- (D) priorizarem os interesses privados dos agentes sobre o interesse público.
- (E) executarem o orçamento sem necessidade de evidenciar resultados.

54

O sistema de governança no setor público organiza-se por meio de instâncias com papéis distintos.

A respeito das instâncias de governança, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), analise as afirmativas a seguir.

- I. As instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, sendo autônomas e independentes das organizações governadas.
- II. As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas internas e por monitorar sua conformidade e desempenho.
- III. A auditoria interna, a ouvidoria e os comitês integram as instâncias externas de apoio à governança, atuando fora da estrutura da organização.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

55

A ISO nº 31.000 é o modelo referencial padrão de gestão de riscos, aplicável a organizações de qualquer setor, atividade e tamanho.

De acordo com esse modelo, a gestão de riscos integra três partes fundamentais, quais sejam

- (A) ambiente, evento e resposta.
- (B) missão, visão e valores.
- (C) planejamento, execução e controle.
- (D) princípios, estrutura e processo.
- (E) identificação, mensuração e divulgação.

56

A gestão de projetos ocupa-se da elaboração, da análise, da execução e da avaliação de iniciativas com objetivos e prazos definidos, sendo tema recorrente na Administração Pública contemporânea.

A respeito dos conceitos gerais de gestão de projetos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, possuindo início e término definidos.
- II. Projetos e operações continuadas são equivalentes, pois ambos têm caráter permanente e repetitivo.
- III. O ciclo de vida do projeto corresponde ao conjunto de fases pelas quais ele passa, do início ao encerramento, estando cada fase associada a uma ou mais entregas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

Licitações e Contratos Administrativos

57

O Estado de Pernambuco pretende adquirir determinados bens móveis que constam de ata de registro de preços em vigor. Surgiram dúvidas, assim, sobre a vinculação do Poder Público à referida ata.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) caso opte por realizar novo processo licitatório, sem aproveitar a ata de registro de preços, o Poder Público deverá ressarcir os gastos que as entidades privadas suportaram para participar da prévia licitação visando ao registro de preços.
- (B) caso realize novo processo licitatório, sem aproveitar a ata de registro de preços, o gestor público será condenado a ressarcir os gastos que as entidades privadas suportaram para participar da prévia licitação visando ao registro de preços.
- (C) o Poder Público não poderá realizar novo processo licitatório enquanto a ata de registro de preços estiver em vigor, sob pena de responsabilidade do gestor público, salvo em caso de autorização judicial devidamente fundamentada.
- (D) o Poder Público não é obrigado a utilizar a ata de registro de preço, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- (E) o Poder Público não poderá realizar novo processo licitatório enquanto a ata de registro de preços estiver em vigor, sob pena de responsabilidade do gestor público.

58

À luz das disposições da Lei Estadual nº 17.555/2021, que estabelece normas especiais relativas aos procedimentos de reajustamento de preços dos contratos firmados no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Nos contratos de fornecimento ou de serviços contínuos com prazo de vigência inicial superior a doze meses, poderá ocorrer a extinção antecipada do ajuste, sem ônus para as partes, em razão da insubsistência da necessidade ou utilidade pública da contratação ou por motivos de contingenciamento ou insuficiência orçamentária.
- () Havendo flutuação atípica dos preços de mercado, o órgão contratante deverá aferir a vantajosidade dos contratos, nos termos indicados em regulamento, podendo ser antecipadamente extintos, sem ônus para as partes, caso apurado que sua manutenção deixou de ser vantajosa para a Administração ou para a contratada.
- () Em caso de extinção antecipada do contrato administrativo, a critério da Administração ou da contratada, a parte contrária deverá ser comunicada formalmente com antecedência mínima de três meses.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) F – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – V.

59

Em conformidade com a regulamentação legal, na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o procedimento licitatório conterá planilhas de composição de custos, observadas as diretrizes previstas em lei.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei estadual nº 17.555/2021, é **incorreto** afirmar que

- (A) a Administração não se vinculará às disposições de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista ou de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como preços para os insumos relacionados à atividade.
- (B) os itens relativos à remuneração de mão de obra, aos benefícios e aos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários serão reajustados no mesmo período e com base no valor ou percentual fixados nas normas coletivas de trabalho da respectiva categoria profissional.
- (C) é vedado ao órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.
- (D) quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, o reajustamento poderá ser dividido em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.
- (E) o reajustamento dos itens previstos na planilha de custos da contratação será realizado em um único momento, ainda que a anualidade ocorra em datas diferenciadas.

60

José, servidor público no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, apresentou tese de mestrado versando sobre os princípios do planejamento, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, aplicáveis no contexto das licitações e contratações públicas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que os princípios do (da)

- (A) motivação e da celeridade têm assento expresso na Lei nº 14.133/2021, enquanto o princípio do desenvolvimento nacional sustentável é fruto de construção jurisprudencial.
- (B) desenvolvimento nacional sustentável e da motivação têm assento expresso na Lei nº 14.133/2021, enquanto o princípio da celeridade é fruto de construção doutrinária.
- (C) celeridade, da motivação e do desenvolvimento nacional sustentável são fruto de construção jurisprudencial, sem assento expresso na Lei nº 14.133/2021.
- (D) celeridade, da motivação e do desenvolvimento nacional sustentável são fruto de construção doutrinária, sem assento expresso na Lei nº 14.133/2021.
- (E) celeridade, da motivação e do desenvolvimento nacional sustentável têm assento expresso na Lei nº 14.133/2021.

61

Em observância às formalidades legais aplicáveis à espécie, a Administração Pública do Estado de Pernambuco publicou edital de licitação, na modalidade concurso, para a escolha de determinado trabalho e para a concessão de prêmio ao vencedor. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, adotar-se-á, como critério de julgamento do procedimento licitatório,

- (A) o maior retorno econômico ou conteúdo artístico.
- (B) a melhor técnica ou maior retorno econômico.
- (C) a melhor técnica ou conteúdo artístico.
- (D) o maior retorno econômico.
- (E) a técnica e o preço.

62

O Estado Alfa celebrou dois diferentes contratos administrativos com a sociedade empresária Beta, sem observar o prévio processo licitatório. Após as devidas investigações, concluiu-se que João, agente público responsável, agiu com dolo na primeira contratação e cometeu erro grosseiro no segundo contrato administrativo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) no contrato em que João agiu com dolo, o contratado responderá diretamente pelos danos causados ao erário, enquanto o referido agente público será responsabilizado subsidiariamente. Por outro lado, João e a entidade contratada não têm responsabilidade pelos danos causados ao Poder Público na segunda contratação.
- (B) no contrato em que agiu com dolo, João responderá diretamente e o contratado será responsabilizado subsidiariamente pelos danos causados ao erário. Por outro lado, João e a entidade contratada não têm responsabilidade pelos danos causados ao Poder Público na segunda contratação.
- (C) nos dois contratos, João responderá diretamente e o contratado será responsabilizado subsidiariamente pelos danos causados ao erário.
- (D) nos dois contratos, João responderá subsidiariamente e o contratado será responsabilizado diretamente pelos danos causados ao erário.
- (E) nos dois contratos, João e o contratado responderão solidariamente pelos danos causados ao erário.

63

Após a observância das formalidades legais, o Estado de Pernambuco publicou dois diferentes editais de licitação, os quais adotarão, como modalidade de licitação, respectivamente, o pregão e o leilão.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) no procedimento licitatório submetido ao pregão, a Administração Pública empregará, como critério de julgamento, o menor preço ou o maior retorno econômico. Por sua vez, no âmbito do leilão, adotar-se-á o maior lance ou maior retorno econômico como critério de julgamento.
- (B) no procedimento licitatório submetido ao pregão, a Administração Pública empregará, como critério de julgamento, o menor preço ou o maior desconto. Por sua vez, no âmbito do leilão, adotar-se-á o maior lance como critério de julgamento.
- (C) no procedimento licitatório submetido ao pregão, a Administração Pública empregará, como critério de julgamento, a técnica e preço. Por sua vez, no âmbito do leilão, adotar-se-á o maior lance como critério de julgamento.
- (D) nos procedimentos licitatórios submetidos ao pregão e ao leilão, a Administração Pública empregará, como critério de julgamento, o maior lance ou o maior retorno econômico.
- (E) nos procedimentos licitatórios submetidos ao pregão e ao leilão, a Administração Pública empregará, como critério de julgamento, o menor preço ou o maior desconto.

64

No curso de procedimento licitatório realizado pelo Estado de Pernambuco, cinco diferentes sociedades empresárias apresentaram propostas idênticas. Registre-se que, empregados os critérios de desempate, não houve a solução do imbróglio.

Assim sendo, ao analisar o caso apresentado, João, agente público, concluiu, quanto às sociedades empresárias, todas estrangeiras, que: i) *Tango*: empresa com grande experiência na seara do procedimento licitatório; ii) *Oscar*: empresa sediada em Alagoas, no Nordeste; iii) *Delta*: empresa com projetos de combate à fome no mundo; iv) *Echo*: empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Brasil; v) *Golf*: empresa com práticas de sustentabilidade social e ambiental.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, em igualdade de condições, como não houve desempate, será assegurada preferência aos bens produzidos pela sociedade empresária

- (A) *Tango*.
- (B) *Oscar*.
- (C) *Delta*.
- (D) *Echo*.
- (E) *Golf*.

65

A fase preparatória do processo licitatório deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendida a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é certo que o estudo técnico preliminar conterá os elementos indicados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.
- (B) Providências a serem adotadas pela Administração logo após à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.
- (C) Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.
- (D) Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.
- (E) Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

66

A sociedade empresária Alfa celebrou contrato administrativo com o Estado de Pernambuco visando à reforma do edifício Charlie. Por sua vez, a sociedade empresária Beta firmou contrato administrativo com o referido ente da Federação, tendo como objeto reforma de determinado equipamento. Registre-se que, durante a execução das avenças, verificou-se, fundamentadamente, a necessidade de modificação dos projetos e das suas especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que as sociedades empresárias Alfa e Beta serão obrigadas a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos, respectivamente, de até

- (A) 50% e 50%, admitindo-se supressões, nos dois casos, de até 50%.
- (B) 50% e 50%, admitindo-se supressões, nos dois casos, de até 25%.
- (C) 25% e 25%, admitindo-se supressões, nos dois casos, de até 25%.
- (D) 25% e 25%, vedando-se, nos dois casos, supressões.
- (E) 50% e 25%, vedando-se, nos dois casos, supressões.

67

Em conformidade com a legislação de regência, os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação.

De acordo com a situação apresentada e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise os itens a seguir.

- I. Definição de objetivos, nos regimes de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, atendidos os requisitos técnicos, legais, orçamentários e financeiros, de acordo com as finalidades da contratação, devendo, ainda, ser perquirida a conformidade do preço global com os parâmetros de mercado para o objeto contratado, considerada inclusive a dimensão geográfica.
- II. Adoção de procedimentos objetivos e imparciais e elaboração de relatórios tecnicamente fundamentados, baseados exclusivamente nas evidências obtidas e organizados de acordo com as normas de auditoria do respectivo órgão de controle, de modo a evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e no tratamento dos fatos levantados.
- III. Viabilização de oportunidade de manifestação aos gestores sobre possíveis propostas de encaminhamento que terão impacto significativo nas rotinas de trabalho dos órgãos e entidades fiscalizados, a fim de que eles disponibilizem subsídios para avaliação prévia da relação entre custo e benefício dessas possíveis proposições.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, na fiscalização de controle, será observado o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

68

Em agosto de 2026, o Estado de Pernambuco tomou conhecimento de que a sociedade empresária Alfa praticou infração administrativa passível de sancionamento, em tese, com a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Registre-se que, em setembro de 2026, houve a instauração do processo de responsabilização em detrimento da referida entidade privada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, em não havendo outras causas interruptivas ou suspensivas, a prescrição em benefício da sociedade empresária Alfa ocorrerá no ano de

- (A) 2027.
- (B) 2028.
- (C) 2029.
- (D) 2030.
- (E) 2031.

69

Respeitadas as normas gerais da União, o reajustamento de preços dos contratos celebrados no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional deverá observar o índice de correção monetária que melhor reflita a efetiva variação de custos da obra, serviço ou produto contratado, conforme definido em decreto.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei estadual nº 17.555/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A Administração poderá utilizar mais de um índice específico ou setorial na mesma contratação, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, se for o caso, desde que essa faculdade esteja prevista no respectivo edital e no contrato.
- () Independentemente do prazo de vigência do contrato, será obrigatória a previsão no edital e no contrato dos critérios de reajustamento de preços aplicáveis após o interregno mínimo de um ano.
- () A sistemática de pesquisa de preços para fins de fixação do valor estimado das licitações, no âmbito do Estado de Pernambuco, será disciplinada mediante decreto do Governador do Estado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – V.

70

No curso de processo licitatório realizado pelo Estado de Pernambuco, alcançou-se a fase de habilitação, no âmbito da qual se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, na fase de habilitação das licitações, será observada a seguinte disposição:

- (A) será exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá, em caso de dolo ou de erro grosseiro, pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei complementar.
- (B) será exigida a apresentação de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa do licitante vencedor e, em se tratando de pessoa jurídica, do acionista controlador, quanto à Fazenda Nacional e Estadual.
- (C) poderá ser exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para idosos em situação de vulnerabilidade social, na forma da lei.
- (D) poderão ser exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas dos três licitante mais bem classificados.
- (E) será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

Direito Financeiro

71

Em consulta formulada ao Tribunal de Contas do Estado Alfa, determinado Município sustenta que deveria ser criado, em sua estrutura administrativa, um Ministério Público especial junto ao órgão municipal de controle externo, sob o argumento de que os arts. 73, 75 e 130 da Constituição Federal imporiam, por simetria, a reprodução do modelo aplicável aos Tribunais de Contas estaduais. O projeto de lei acarretaria a criação de novos cargos e o aumento permanente de despesa pública.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da legislação financeira, assinale a afirmativa correta.

- (A) A simetria constitucional impõe aos Municípios a criação de Ministério Público especial próprio sempre que houver órgão local de controle externo.
- (B) A autonomia municipal afasta qualquer análise do Tribunal de Contas sobre os impactos fiscais decorrentes da criação de novos órgãos e cargos.
- (C) A simetria não se aplica, de forma automática, aos Tribunais de Contas do Município, e a criação de novo órgão exige demonstração de necessidade e compatibilidade fiscal.
- (D) A criação do Ministério Público especial municipal decorre diretamente da Constituição Federal, independentemente de lei específica e de estimativa de despesa.
- (E) A atuação do Tribunal de Contas deve limitar-se ao registro dos cargos criados, sem exame da responsabilidade fiscal ou da eficiência administrativa.

72

Ao examinar a proposta orçamentária do Município Alfa, a equipe técnica do Tribunal de Contas identificou previsão de arrecadação com impostos, aluguéis de imóveis públicos, contratação de empréstimo, alienação de veículos inservíveis e transferência da União destinada à aquisição de equipamentos hospitalares. Também constava, em demonstrativo próprio, superávit do orçamento corrente.

À luz da classificação das receitas públicas na Lei nº 4.320/1964, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os impostos e os aluguéis são receitas correntes, enquanto o empréstimo e a alienação de bens são receitas de capital.
- (B) Os aluguéis de imóveis públicos são receitas de capital, pois decorrem da exploração econômica do patrimônio estatal.
- (C) A contratação de empréstimo é receita corrente quando os recursos forem aplicados em programa de trabalho governamental contínuo.
- (D) A transferência da União para aquisição de equipamentos hospitalares é receita corrente, por decorrer de repasse entre entes públicos.
- (E) O superávit do orçamento corrente é receita orçamentária, pois resulta do confronto entre receitas e despesas correntes.

73

Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), a equipe técnica da Assembleia Legislativa do Estado Alfa classificou como discricionárias todas as despesas que não estivessem vinculadas a obras públicas ou novos investimentos. Com isso, incluiu nessa categoria despesas com pessoal ativo, benefícios previdenciários e obrigações legais já assumidas pelo ente. O Tribunal de Contas foi instado a se manifestar sobre a adequação dessa classificação.

À luz da legislação financeira e da técnica orçamentária, assinale a afirmativa correta.

- (A) A classificação é adequada, pois a LOA permite ao Executivo decidir livremente quais despesas serão executadas.
- (B) As despesas com pessoal, benefícios previdenciários e obrigações legais não podem ser enquadradas como discricionárias sob o pretexto de não configurarem investimentos ou obras públicas.
- (C) Toda despesa prevista na LOA é obrigatória, pois sua inclusão no orçamento impõe execução integral pelo administrador.
- (D) A distinção entre despesas obrigatórias e discricionárias depende apenas da classificação econômica entre despesas correntes e de capital.
- (E) As despesas obrigatórias podem ser excluídas da LOA, pois decorrem diretamente de lei anterior ou da Constituição.

74

Foi aprovada emenda à Constituição do Estado Alfa estabelecendo que a execução dos orçamentos anuais seria obrigatória e que sua elaboração deveria contar com participação popular, de modo que as deliberações populares passariam a vincular a proposta orçamentária a ser encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo.

A mesma emenda determinou que, na hipótese de impossibilidade de execução integral, o Executivo deveria encaminhar projeto de lei ao Legislativo solicitando autorização para cancelar as dotações correspondentes.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a emenda à Constituição do Estado é

- (A) constitucional, pois a participação popular no ciclo orçamentário permite conferir força vinculante às escolhas públicas incorporadas à lei orçamentária anual.
- (B) constitucional, pois a necessidade de autorização legislativa para cancelar dotações preserva o controle parlamentar sobre a execução do orçamento aprovado.
- (C) constitucional, pois a autonomia constitucional estadual permite ampliar os mecanismos de democracia participativa e de impositividade orçamentária.
- (D) inconstitucional, pois a participação popular pode ser estimulada, mas não pode vincular a proposta orçamentária, nem converter o orçamento em peça de execução integral obrigatória.
- (E) constitucional apenas quanto à participação popular vinculante, pois a execução obrigatória do orçamento decorre da aprovação legislativa da despesa pública.

75

No primeiro ano de mandato do Governador, a Assembleia Legislativa aprovou emenda ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) incompatível com o Plano Plurianual (PPA) ainda vigente. A medida foi defendida sob o argumento de que, naquele mesmo exercício, seria editado novo PPA, destinado a orientar o planejamento governamental a partir do exercício seguinte.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a Assembleia Legislativa

- (A) poderia aprovar a emenda, pois a LDO deve refletir o PPA em elaboração no primeiro ano de mandato.
- (B) poderia aprovar a emenda, pois a transição governamental autoriza a antecipação, na LDO, das prioridades do novo ciclo de planejamento.
- (C) poderia aprovar a emenda mediante quórum qualificado, pois a incompatibilidade com o PPA é superável pelo processo legislativo orçamentário.
- (D) não poderia aprovar a emenda apenas se houvesse aumento de despesa, pois a compatibilidade com o PPA não limita toda alteração parlamentar à LDO.
- (E) não poderia aprovar a emenda, pois, no ano de edição do novo PPA, a LDO deve manter compatibilidade com o PPA ainda vigente.

76

Um servidor público ajuizou ação para receber auxílio-alimentação em valor idêntico ao pago a servidores de carreira distinta, sob o argumento de que a diferença entre os valores de auxílio-alimentação violaria o princípio da isonomia. O Tribunal local acolheu o pedido.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Poder Judiciário

- (A) pode equiparar o auxílio-alimentação, pois ele tem natureza remuneratória e não indenizatória, não se submetendo à reserva legal.
- (B) não pode aumentar o valor da verba com fundamento na isonomia, ainda que indenizatória, pois a equiparação entre carreiras distintas depende de lei e de observância orçamentária.
- (C) pode equiparar o auxílio-alimentação, pois a natureza indenizatória afasta a incidência da vedação de aumento judicial de vencimentos.
- (D) pode reconhecer a equiparação, desde que haja dotação orçamentária suficiente e inexistência extrapolação dos limites de despesa com pessoal.
- (E) pode determinar o pagamento isonômico até edição de lei específica, pois a omissão legislativa não impede a tutela judicial da igualdade.

Administração de Recursos e Logística

77

O recebimento de materiais é a etapa intermediária entre a compra e o pagamento ao fornecedor e, nos órgãos públicos, associa-se à liquidação da despesa.

A respeito das etapas e dos procedimentos do recebimento de materiais, analise as afirmativas a seguir.

- I. No recebimento provisório, o recebedor assina o documento fiscal que acompanha o material apenas para fins de comprovação da data de entrega.
- II. A conferência qualitativa consiste em verificar se a quantidade declarada pelo fornecedor na nota fiscal corresponde àquela efetivamente entregue.
- III. O recebimento definitivo corresponde à aceitação do material, com a sua entrada em estoque e a consequente liberação do pagamento ao fornecedor.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

78

O inventário físico é o procedimento de levantamento e contagem física dos itens de material de uma organização.

Com relação ao inventário físico no âmbito da Administração Pública, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O inventário físico destina-se exclusivamente ao controle dos bens patrimoniais (materiais permanentes), não alcançando os estoques dos almoxarifados.
- () No inventário rotativo, os itens são contados de forma contínua e seletiva, o que dispensa a paralisação das atividades da organização.
- () O inventário de transferência de responsabilidade é aquele realizado quando ocorre a mudança do dirigente da unidade gestora.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

79

Em um almoxarifado, determinado item apresenta consumo médio de 300 unidades por mês e tempo de reposição de 3 meses. Para cobrir eventuais imprevistos, o gestor definiu um estoque de segurança de 200 unidades.

Assinale a opção que apresenta o ponto de pedido, em unidades, desse item.

- (A) 500.
- (B) 700.
- (C) 900.
- (D) 1.100.
- (E) 1.400.

80

Ao analisar determinado item, a equipe de patrimônio de um órgão verificou que, em uso normal, ele perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento no prazo máximo de dois anos.

A equipe de patrimônio deve classificar esse item como material de consumo em razão do critério da

- (A) fragilidade.
- (B) perecibilidade.
- (C) durabilidade.
- (D) incorporabilidade.
- (E) transformabilidade.

Questão Discursiva (Administração)

A Secretaria de Infraestrutura de um Estado é responsável pela gestão de obras públicas, que abrange desde o planejamento das intervenções viárias até a entrega das rodovias à população. No âmbito dessa gestão, a fiscalização da execução contratual reúne as etapas que vão da designação do fiscal ao atesto da medição. Uma dessas etapas é a conferência dos serviços realizados pela contratada, conduzida pela equipe de fiscalização de campo. Para realizá-la, o servidor deve medir os quantitativos executados em campo e lançá-los no boletim de medição.

Concluída a obra, contudo, o titular do órgão deixou de prestar contas dos recursos aplicados no contrato, e um levantamento posterior apurou pagamentos por serviços não integralmente executados, com indícios de superfaturamento e de dano ao erário. O Tribunal de Contas foi então provocado a atuar, diante do risco de novos pagamentos à contratada antes do fim da apuração.

Com base na situação descrita, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir.

- a) **Identifique, no texto, os quatro elementos que compõem a hierarquia de processos organizacionais, indicando o nível correspondente a cada um.**
- b) **Considerando que o ente seja regido pela Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 12.600/2004):**
 - **indique a modalidade de processo a ser formalizada para apurar o dano e identificar os responsáveis;**
 - **indique o instrumento cabível para suspender de imediato os pagamentos; e**
 - **identifique a natureza das contas a que se vincula a conduta do gestor e justifique sua distinção em relação à outra espécie de contas.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

